



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE – PB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE CORRÊA NUNES

REFLETINDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

**CAMPINA GRANDE
2021**

ALINE CORRÊA NUNES

REFLETINDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Lucia Maria Patriota

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N972r Nunes, Aline Correa.
Refletindo sobre o envelhecimento na sociabilidade
capitalista [manuscrito] / Aline Correa Nunes. - 2021.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Lucia Maria Patriota ,
Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Envelhecimento. 2. Capitalismo. 3. Idoso. 4. Velhice
populacional. I. Título

21. ed. CDD 305.26

ALINE CORRÊA NUNES

REFLETINDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 20/07/2021
Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Lucia Maria Patriota

Profa. Ma. Lucia Maria Patriota (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thereza Karla de Souza Melo

Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Patrícia Crispim Moreira

Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma. Foi pensando nas pessoas e na experiência de vivenciar o processo de envelhecimento que executei este projeto.

“O que é ser velho? [...] Em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem!” (BOSI, 2010, p. 18).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL	8
3	O ENVELHECIMENTO NA ORDEM CAPITALISTA	12
4	DESAFIOS POSTOS PELO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL.....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

REFLETINDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

REFLECTING ON AGING IN CAPITALIST SOCIABILITY

Aline Corrêa Nunes¹

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o envelhecimento populacional na sociabilidade capitalista, observando o crescente envelhecimento populacional brasileiro, que altera significativamente a realidade do país. O envelhecimento populacional é um fato e deveria estar entre as prioridades do país, uma vez que o mesmo traz demandas para absolutamente todas as áreas do conhecimento e do fazer das diferentes profissões. Tomamos como objetivos apresentar reflexões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, situar o envelhecimento na ordem capitalista e apontar os desafios de se envelhecer em um cenário marcado por um quadro de desigualdades sociais e preconceito estrutural para com a velhice. Para tanto, respalda-se no referencial teórico-metodológico crítico-dialético, através de pesquisa de natureza bibliográfica, descritiva e de perspectiva qualitativa. Partimos do pressuposto de que é necessário compreender o processo de envelhecimento na perspectiva de totalidade e em movimento e que urge a construção da solidariedade intergeracional no enfrentamento dos preconceitos, discriminações e violação dos direitos da pessoa idosa. Os desafios são muitos e estão correlacionados ao enfrentamento das expressões da questão social que afetam a velhice.

Palavras-chave: Envelhecimento. Capitalismo. Desafios.

ABSTRACT

This article presents a reflection about the population aging in capitalist sociability, observing the growing Brazilian population aging, which significantly changes the country's reality. Population aging is a fact and should be among the country's priorities, since it brings demands to absolutely all areas of knowledge and activities in different professions. Our objectives are to present reflections on the aging process in Brazil, place aging in the capitalist order and point out the challenges of aging in a scenario marked by a framework of social inequalities and structural prejudice towards old age. Therefore, it is supported by the critical-dialectical theoretical-methodological framework, through bibliographical, descriptive and qualitative perspective research. We assume that it is necessary to understand the aging process from the perspective of totality and in motion, and that it is urgent to build intergenerational solidarity in facing prejudice, discrimination and violation of the rights of the elderly. The challenges are many and are related to facing the expressions of the social issue that affect old age.

Keywords: Aging. Capitalism. Challenges.

¹ Graduanda em Serviço Social pelo DSS da UEPB, Campus I, Campina Grande – PB. E-mail: aline_correa26@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, com mudanças significativas ocorridas na expectativa de vida ao nascer do brasileiro e nos índices de natalidade e mortalidade, a pirâmide etária do país vem se modificando e retratando um crescimento em seu topo, o que evidencia uma expressiva transição demográfica. O envelhecimento populacional, de fato, é um fenômeno verificado na realidade brasileira. Tal fenômeno deveria, pois, está entre as prioridades do país, uma vez que o mesmo traz demandas para absolutamente todas as áreas do conhecimento e do fazer das diferentes profissões. A necessidade de se pensar o envelhecimento na sociabilidade capitalista e evidenciar possibilidades de se construir uma sociedade solidária e de apoio intergeracional se faz urgente.

Assim, o presente artigo toma como objeto de reflexão o envelhecimento na sociabilidade capitalista e tem por objetivos apresentar reflexões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, situar o envelhecimento na ordem capitalista e apontar os desafios de se envelhecer em um cenário marcado por um quadro de desigualdades sociais e preconceito estrutural para com a velhice.

Partimos do pressuposto de que o processo de envelhecimento deve ser compreendido num campo das várias determinações com a demografia, com as perdas biológicas, de funcionalidades e sociais, no processo de trabalho, de trocas em diversos âmbitos e em seus estilos de vida, deve-se considerar o contexto que envolve os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. Portanto, observado como uma realidade, o processo de envelhecimento necessita de maior atenção do poder público e da sociedade civil para enfrentar os desafios de maneira que a velhice possa ser vivenciada de forma digna, saudável e com pleno gozo de direitos e garantias civis, políticas e sociais.

A escolha do objeto em tela justifica-se pelo atual processo de envelhecimento populacional verificado no Brasil, além de sua estreita relação com o serviço social, constituindo-se em uma expressiva demanda posta à profissão. A literatura estudada na graduação, de modo especial no componente eletivo “Tópicos Especiais sobre Envelhecimento”, levantou questionamentos e preocupações sobre esse processo, no país que cultiva a cultura da juventude e no qual envelhecer é considerado uma decadência do ser humano, visto que, inserido no modo de produção capitalista, o idoso percebe-se num processo de exclusão devido à perda das suas forças físicas e se insere num contexto de preconceitos e discriminações, acarretando violação de seus direitos. O envelhecimento da população é marcante, porém, o idoso é relegado à condição de incapaz, inútil, o que o torna vítima de preconceitos devido à idade e o faz experimentar situações de discriminações. Dessa forma, o envelhecimento populacional brasileiro impõe grandes desafios às políticas públicas de um modo geral, já que, no cenário neoliberal, de redução mínima do Estado e da precarização das políticas sociais não atendem a essa população com qualidade, atenção e respeito.

Desta feita, neste trabalho o envelhecimento é analisado na perspectiva da totalidade, como um processo histórico e condicionado pelo modo de vida material. Compreende uma pesquisa de natureza bibliográfica, (a partir de autores estudiosos do envelhecimento), descritiva e de perspectiva qualitativa.

O artigo encontra-se estruturado em tópicos. No primeiro tópico apresentamos uma breve reflexão sobre o envelhecimento no Brasil, no segundo tópico analisaremos o envelhecimento na ordem capitalista, no terceiro tópico são levantadas reflexões sobre os desafios postos pelo envelhecimento populacional.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais e o referencial bibliográfico que compôs o corpus da pesquisa.

2 REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL

O envelhecimento, de modo geral, implica deterioro ou diminuição da capacidade funcional, mas inseridos num contexto de trabalho/aposentadoria, político, cultural, social, familiar e de percepção de si e do mundo (FALEIROS, 2014). Isso implica dizer que o envelhecimento compreende um fenômeno cujas dimensões estão para além das questões meramente biológicas.

Nesse sentido, o envelhecimento compreende um processo biopsicossocial e heterogêneo, ou seja, as pessoas envelhecem de maneiras diferentes, possuindo particularidades, relacionados aos aspectos econômico-político, classe social, cultural, etnia, raça, orientação sexual, gênero e as relações geracionais. O ritmo, a duração e os efeitos do envelhecimento fisiológico reportam a diferenças relacionadas a fatores socioeconômicos, psicológicos, genético-biológicos, entre outros. Lobato (2014) corrobora com a concepção de Salgado que o envelhecimento é um fenômeno natural que acompanha as mudanças e transformações a nível biológico, psicológico e social que ocorre através do ciclo de vida e que resulta em diferenças entre as gerações jovens e velhas.

É necessário perceber a complexidade desse fenômeno num campo das várias determinações com a demografia, com as perdas biológicas, de funcionalidade e sociais, no processo de trabalho, de trocas em diversos âmbitos e em seus estilos de vida. O envelhecimento deve ser compreendido numa perspectiva de totalidade e vinculado à realidade concreta, numa leitura que conceba o mundo como um complexo inacabado, dinâmico e contraditório, analisando a realidade criticamente enquanto fenômenos interligados, históricos, que possuem condicionantes e são passíveis de transformação. Faleiros (2014), fazendo referência ao pensamento de Marx, assinala que o indivíduo tem que ser olhado no contexto e na sua produção em sociedade, separando a compreensão isolada ou abstrata dos fenômenos ao pensá-los concretamente.

O envelhecimento populacional se dá através da transição demográfica, acarretando na transição epidemiológica. Esse processo de envelhecimento aconteceu em momentos e ritmos diferentes entre os países, levando esse fenômeno demográfico a uma reorganização nas políticas, principalmente na saúde, pois, esse grupo exige cuidados que são desafiadores como doenças crônicas e degenerativas que levam a disfunções nos últimos anos de vida do idoso.

Segundo Kalache (1987), os fatores determinantes do envelhecimento, a nível da população de um país, são, fundamentalmente, ditados pelo comportamento de suas taxas de fertilidade e, de modo menos importante, de suas taxas de mortalidade.

No Brasil, a transição demográfica se inicia com a redução das taxas de mortalidade e, depois de um tempo, com a queda das taxas de natalidade, ou seja, menos crianças ingressando na população, o que significa uma redução de jovens na mesma população, provocando significativas alterações na estrutura etária desse segmento.

De acordo com Miranda, Mendes e Silva (2016), nosso país envelhece a passos largos. As alterações na estrutura populacional são claras e irreversíveis. Desde a década de 1940, é na população idosa que se observam as taxas mais altas de crescimento populacional.

Esse crescimento da população idosa gera uma série de alterações na sociedade, relacionadas ao setor econômico, ao mercado de trabalho, aos sistemas e serviços de saúde e às relações familiares.

No entanto, é a partir de 1970 que o Brasil tem, efetivamente, seu perfil demográfico transformado, quando de uma sociedade majoritariamente rural e tradicional, com famílias numerosas e alto risco de morte na infância, transformou-se em uma sociedade principalmente urbana, com menos filhos e nova estrutura na composição das famílias brasileiras. Um país com população predominantemente jovem em um passado recente, observamos, na atualidade, um país envelhecido.

De fato, os idosos, população de 60 anos ou mais, é o segmento que mais cresce no país. Em 2011 havia 23,5 de pessoas com 60 anos ou mais, passando de 9% em 2001 para 12,1% em 2011, aumento de 34,4%. É importante observar que o grupo com 80 anos ou mais chegou, em 2011, a 1,7% da população, com aproximadamente 3.319.000 de pessoas (FALEIROS, 2014). Acredita-se que esse segmento já alcançou 14% da população brasileira no ano de 2020. Para o ano de 2025 projeta-se que o Brasil será o 6º país com a maior população idosa.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), mostram as mudanças ocorridas na estrutura etária da população brasileira. Em 1940, a população de 65 anos ou mais representava 2,4% do total, e em 2019, o percentual passou para 9,5%, indicando que o brasileiro está vivendo por mais tempo, aumentando a expectativa de vida que no mesmo período passou de 45,5 anos para 76,6 anos. A população de 80 anos ou mais de idade de ambos os sexos corresponde a 17%. Em 2050 corresponderão, provavelmente, a aproximadamente 28%. Já na população feminina, o percentual das mais idosas passará de 18% para cerca de 30,8%. No geral a longevidade feminina é, em média, sete anos acima da dos homens.

Os indicadores mostram que a população idosa com 80 anos ou mais se intensifica e as projeções indicam que teremos um aumento de 11% dessa população, não somos mais um país jovem. Com a população idosa feminina os percentuais são mais intensos ainda, futuramente, teremos um aumento de 12,8% da população feminina idosa de 80 anos ou mais. O que nos leva a concluir que seremos um país envelhecido e em sua maioria do sexo feminino, o que caracteriza um processo de feminização do envelhecimento.

No total da população idosa, 55,7% são mulheres e 84,1% vivem nas cidades, sendo pessoa de referência em 63,7% dos domicílios (FALEIROS, 2014). Podemos perceber que a população feminina é mais predominante e seu número maior está nas idades mais avançadas. Para compreender a velhice de homens e mulheres é preciso considerar o recorte de gênero, pois essa se processa de modo diferente, tanto nos aspectos econômicos, sociais, nas condições de vida, nas doenças e até mesmo na subjetividade.

A predominância da população feminina entre os idosos se deve a sua mais elevada taxa de crescimento relativamente à do segmento masculino, e essa maior longevidade da população feminina diz respeito a fatores como: são menos acometidas por mortes de causas externas como os riscos de acidentes de trabalho, nas atividades econômicas, diferente inserção da mulher no mercado de trabalho, consumo diferente de tabaco e álcool, proteção hormonal do estrogênio, postura diferente em relação à saúde/doença e relação de maior frequência nos serviços de saúde. Em 2000 (IBGE, 2021), para cada 100 mulheres idosas, havia 81 homens idosos; acredita-se que em 2050 haverá cerca de 76 idosos para 100 idosas.

Já no grupo acima de 80 anos, estima-se que, em 2050, teremos 2 idosas para cada idoso. A população idosa será eminentemente feminina (NASRI, 2008).

Nas famílias com idosos é maior a presença de mulheres na condição de chefes (35,2% contra 23,1% nas famílias sem idosos). Isso acontece pelo estágio do ciclo de vida familiar das famílias com idosos, onde a maioria já não vive com seus filhos, como também pela maior mortalidade masculina, que faz com que as mulheres sobrevivam por mais tempo sós ou com filhos. A alta taxa de viuvez feminina revelou que em 1998, tínhamos uma proporção de mães idosas sem cônjuge morando com filhos e essa era quase três vezes maior que a de pais. Isto mostra que uma vez viúvas, as mulheres idosas têm menos chances de casar-se novamente pelas normas sociais vigentes e culturais prevaletentes em nossa sociedade e também por considerar que a viuvez é um ato de autonomia e liberdade. As mulheres idosas apresentam uma tendência maior do que os homens a viverem sozinhas e serem as pessoas de referências da família, grande parte delas se encontram na categoria de viúvas, separadas, divorciadas e solteiras.

Com o crescimento acelerado do número de idosos, o perfil de morbidade e mortalidade nos leva a um agravamento no quadro epidemiológico com incapacidades, doenças e sequelas que exigem do sistema de saúde uma organização contínua e multidisciplinar, com uma atenção integral a esta população. São necessários políticas e programas de saúde que garantam os cuidados na atenção básica com a prevenção e promoção da saúde para uma melhor qualidade de vida associados a fatores sociais, econômicos, culturais e comportamentais, prolongando a vida com um envelhecimento saudável e ativo.

Com relação à saúde, a grande maioria dos idosos depende do Sistema Único de Saúde (SUS) e apenas uma pequena parcela deste segmento consegue pagar planos privados de saúde que se tornam mais caros para os mais velhos. Na medida em que a pessoa envelhece, aumenta as chances de contrair doenças crônicas que levam a gastos significativos com medicamentos de uso contínuo, obrigando os idosos de baixo poder aquisitivo a comprar o medicamento mais barato de sua receita médica (LOBATO, 2014).

O fato é que o crescimento da população idosa gera alterações na sociedade, algumas já mencionadas, aumentando as demandas sociais e econômicas em todo o mundo. No Brasil, o processo de envelhecimento tem ocorrido muito rápido, diferente do que aconteceu em muitos países desenvolvidos, que ocorreu lento e com melhores condições sociais. Especialistas apontam que o Brasil não está preparado para a nova realidade demográfica e precisa adotar políticas de cuidados específicos, especializados e direcionados às particularidades advindas com o processo de envelhecimento, sem excluí-los da sociedade.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), a proporção de pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza caiu de 8% em 1990 para 0,7% em 2012, mas a maioria relativa desse segmento (49%) continua com ganhos de até um salário-mínimo e 72,4% têm ganhos de até dois salários-mínimos. A grande maioria (76,8%) recebe algum benefício da previdência social, mas aproximadamente um quarto dos idosos reside em domicílios com rendimento mensal per capita inferior a 1 salário-mínimo (FALEIROS, 2014).

Os ganhos expressivos obtidos com a longevidade da população brasileira não significam que os idosos estão vivendo melhor. Uma questão importante é a dependência no processo de longevidade, que exige cuidados prolongados e ao mesmo tempo articulados aos cuidados paliativos, entretanto, a política de saúde,

em seus planos nacional, estaduais e municipais não dispõem de uma atenção devida ao idoso, articulando a atenção domiciliar com a atenção institucional, ou seja, uma atenção adequada com a promoção da saúde e prevenção das doenças, a fim de evitar ou retardar as doenças crônicas e as incapacidades.

De acordo com Costa *et. al* (2017), apesar das legislações vigentes, o que ocorre hoje no Brasil é o fato de o envelhecimento ser tratado como problema social e as respostas dadas pelo Estado não serem satisfatórias, pois se visualiza uma escassez e pouca efetividade de políticas destinadas às pessoas idosas, entre elas as de saúde. De uma forma geral, o sistema de proteção social brasileiro tem se caracterizado por ações fragmentadas e emergenciais, restritivas e segmentadas, eventuais e descontínuas, características essas que, em certa medida, perpassam todo o sistema.

A expectativa de vida do brasileiro não é resultante de melhores condições de vida como as condições habitacionais, melhor nutrição, saneamento, ambiente de trabalho, higiene pessoal e políticas públicas eficazes. Ela está relacionada a intervenções e medidas específicas de saúde pública, como a descoberta de antibióticos na década de 1940, do tratamento efetivo de infecções, como um processo artificial, em que muitos sobrevivem, apesar de suas condições de vida, recebendo imunização ativa contra algumas doenças, com a descoberta das vacinas, em meados do século passado, ou tratamento específico, para outras doenças. O fato é que as condições de vida dos idosos não estão se elevando na mesma proporção do aumento da expectativa de vida.

Para se envelhecer bem, uma condição fundamental é a saúde, considerando as perdas da capacidade funcional, as relações sociais e o aparato das políticas públicas. Portanto, ainda não temos um suporte na saúde que venha proporcionar um envelhecimento ativo, com a devida atenção ao idoso que garanta sua capacidade funcional, da atenção integral e de qualidade, da participação social como preconiza a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa de 19 de outubro de 2006.

Outro aspecto importante no processo de mudança demográfica no país refere-se à taxa de fecundidade, que por sua vez se relaciona com a escolaridade, a urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho (FALEIROS, 2014). Em razão das condições de trabalho, principalmente, do trabalho da mulher e da estrutura do mercado, evidencia-se a queda da fecundidade e novos arranjos de convivência, inclusive com a facilitação do divórcio. A transição da fecundidade (passagem de altas para baixas taxas de fecundidade) teve início na segunda metade da década de 1960, tanto no Brasil como na média mundial. Estudos apontam, inclusive, que entre 2005 e 2010 o Brasil passou a ter uma taxa de fecundidade total abaixo da taxa de reposição, que seria de 2,1 filhos por mulher. Hoje temos uma taxa de fecundidade total de 1,9 filhos por mulher (ALVES, 2019).

A proporção de casais sem filhos passou de 13,8% em 2001 para 18,5% em 2011, e a proporção de unidades unipessoais de 9,2% para 12,4% no mesmo período (IBGE, 2012). Nesse cenário de uma rápida urbanização da população, em que a mulher se insere no mercado de trabalho e se torna chefe de família, temos uma contribuição que intensifica ainda mais a população envelhecida.

Conforme visto, a população idosa cresceu em um contexto de transformações nos arranjos familiares e esse processo afetou os contratos tradicionais de gênero, onde a mulher e o homem tinham como papel, cuidadora e provedor, respectivamente. Essas mudanças geraram um novo quadro que alterou significativamente a capacidade das famílias em cuidar dos seus membros

dependentes (crianças e/ou idosos).

Essas mudanças na família implicam conflitos de cuidado e de orçamento no conjunto do grupo familiar, cabendo aqui destacar que a população idosa com 60 anos ou mais apresenta-se como sendo pessoas de referência em 64,1% dos domicílios, sendo cônjuge 23,8% e outra condição em 12,1% (IBGE, 2010). Apesar da dependência, em muitos casos, da renda do idoso, as famílias apresentam-se com poucas possibilidades de cuidado voltados ao idoso.

Há ainda de se considerar no perfil da população idosa no Brasil o acesso à educação que é bastante reduzido. A escolaridade da população idosa não tem uma política consistente para o enfrentamento da vida contemporânea, a comunicação e o enfrentamento da violência. A escolaridade dos idosos é considerada baixa, ou seja, 30,7% dos idosos têm menos de 1 ano de instrução, dado variável de acordo com as regiões de nosso país. Na região sudeste, os idosos têm até 4 anos de estudos. O analfabetismo ainda é elevado principalmente para os idosos que vivem no nordeste, na região do semiárido 65% dos analfabetos são pessoas de mais de 60 anos de idade (LOBATO, 2014).

A nova realidade demográfica brasileira está posta. As projeções indicam que em 2040 os idosos serão 23,8% da população brasileira e uma proporção de quase 153 idosos para cada 100 jovens. Urge o reconhecimento de que temos um país envelhecido e que precisamos de um planejamento adequado das políticas de proteção social, de forma que estas possam contribuir para uma atenção ao idoso efetiva e possamos ter o maior número possível de idosos vivendo com autonomia e dignidade pelo maior tempo possível.

Há ainda de se considerar que o envelhecimento populacional adquire dimensões singulares na vigência do capitalismo, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e, em contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza, conforme veremos a seguir.

3 O ENVELHECIMENTO NA ORDEM CAPITALISTA

Neste item objetivamos situar o envelhecimento na sociabilidade capitalista. Tal abordagem se justifica pelo fato de que predomina entre os estudos sobre o envelhecimento abordagens a-históricas, a-críticas e fragmentadas que ocultam determinações constituintes do envelhecer na sociedade capitalista contemporânea. Desta feita, corroboramos com Custódio (2018), para quem o envelhecimento deve ser tomado como um processo histórico e condicionado pelo modo de produção da vida material, o qual precisa ser entendido considerando os efeitos da contradição entre capital e trabalho, que são inerentes a este modo de produção, na vida e na velhice.

Nesse sentido, o método crítico dialético é o único que permite ultrapassar a imediatividade e superficialidade típica do cotidiano, alcançando a essência dos fenômenos pesquisados num processo de investigação da história, o qual possibilita apreender o objeto em seu movimento e mediação com a totalidade.

Nesta perspectiva, é necessário compreender que o homem se realiza como ser social pelo trabalho. Logo, o trabalho é a categoria fundante do ser social. A sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem a suas necessidades. Essa transformação é realizada através de atividades que denominamos trabalho (NETTO; BRAZ, 2012). De fato, o homem como um ser social, se constitui como um ser novo, complexo, que se distingue da natureza ao constituir a si mesmo através do trabalho enquanto

produz a história.

O trabalho é uma atividade específica do homem, caracterizada a partir de uma prévia ideação, o homem transforma a natureza a fim de satisfazer uma necessidade. Custódio (2018) afirma que, para Marx, nesse processo de trabalho, o homem modifica a si próprio, pois são produzidas novas necessidades e ainda se difunde a sociabilidade pela promoção de crescente interação entre os homens.

Nas sociabilidades anteriores ao modo de produção capitalista, o homem através de seu trabalho transformava a natureza em produtos para satisfazer suas necessidades e do conjunto da sociedade. Já na sociedade capitalista, o trabalho já não se limita à finalidade imediata de outrora. Agora, ele se configura como um modo de exploração sem precedentes, em que a forma pela qual o trabalho se instala possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas e das relações sociais, tornando a sociedade cada vez mais complexa e desenvolvida.

Nessa nova lógica, o trabalhador experimenta o estranhamento do produto do seu trabalho e, assim, para que ele sobreviva é preciso que venda sua força de trabalho. Ao deixar de lado as suas necessidades humanas, o pensamento fetichista converte as próprias relações de produção em coisas (ALVES, 2019).

Em suma, no modo de produção capitalista o trabalho se converte em trabalho assalariado. Sendo assim, uma pequena classe dispõe dos meios de produção, a burguesia, e a massa dos indivíduos sociais é obrigada a vender o único bem que ainda possui, a sua força de trabalho, em troca de um salário como modo de garantir sua subsistência.

De acordo Custódio (2018), a exploração é um traço constitutivo do modo de produção capitalista. O salário do operário corresponde a um valor menor do que o da riqueza produzida em sua jornada de trabalho, a qual é apropriada de forma privada pelo burguês, compondo o que Marx designou de mais-valia, ou seja, o processo de trabalho no capitalismo é direcionado ao trabalho excedente pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista para obtenção de lucros. Nesse sentido, sob o capitalismo, a riqueza é socialmente produzida, porém, a apropriação desta é privada pelos donos dos meios de produção (burguesia).

Portanto, o capitalismo está estruturado na contradição entre capital e trabalho e seu desenvolvimento se dá mediante a intensificação da exploração e domínio da classe trabalhadora, ampliando a pobreza, produzida socialmente, em virtude da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas. Desse modo, não há uma harmonia entre a ampliação de riqueza no capitalismo e a melhoria das condições de vida da sociedade, na verdade temos o oposto.

Diante do exposto, ao inserir-se no mercado de trabalho, a força de trabalho passa a valer enquanto valor-de-troca, e as relações de trabalho passam a ser consideradas enquanto mercadoria. Dessa forma, o envelhecimento do trabalhador no capitalismo contemporâneo apresenta-se como um fenômeno que necessariamente precisa ser desvelado em sua singularidade, universalidade e particularidade (ALVES, 2019).

O processo de envelhecimento deve ser compreendido para além dos aspectos biológicos, cronológicos e demográficos. Na verdade, o envelhecimento é constituído por múltiplas determinações, entre elas as de classe, gênero, etnia e raça do indivíduo, sendo a classe um determinante de primeira ordem, de acordo com Beauvoir (1990). Dessa forma, o processo de envelhecimento não pode ser compreendido como homogêneo e exclusivamente biológico.

Segundo Teixeira (2017), é a classe trabalhadora a protagonista da “tragédia”

do envelhecimento. A protagonista da velhice pobre, da velhice desamparada, sem ou com baixa renda, sem bens e propriedade, a velhice doente, sem acesso às políticas públicas e dependentes dos poucos recursos familiares. A citada autora considera a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando se perde o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais.

Ao entendermos o envelhecimento como um processo que ocorre ao longo da vida dos sujeitos, fica evidente que este é condicionado pelas condições de miséria as quais é submetido o trabalhador, explorado pelo sistema capitalista, sem suas necessidades sociais atendidas. Este, via de regra, encontra-se em um incessante quadro de pobreza, com condições de vida precárias, sem acesso adequado a habitação, educação, lazer, saúde e outros mínimos sociais, de forma que não é possível conceber um envelhecimento saudável numa sociedade que expropria a massa de trabalhadores de condições de vida dignas (CUSTÓDIO, 2018).

Feitas essas considerações, fica evidente que o envelhecimento se constitui, no modo de produção capitalista, um problema social para determinada classe, a classe destituída de propriedade, exceto da sua força de trabalho. Seguindo esta perspectiva, Santos e Nascimento, assinalam que, para Teixeira,

a abordagem do envelhecimento humano deve partir do pressuposto da expressão da “questão social”, atribuindo centralidade à problemática social do envelhecer do trabalhador, e não como uma circunstância inexorável que atinge a todo grupo etário, independentemente de como a força de trabalho é expropriada e explorada (SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 166).

Desse modo, a força de trabalho como sendo o único bem de que o trabalhador dispõe para o capital, quando ele envelhece e se afasta do processo produtivo de mercadorias, considerando sua vulnerabilidade, declínio biológico que esse processo intensifica com o uso intensivo e extensivo da força de trabalho, sendo inclusive propulsora de debilidades físicas e mentais na velhice, essa classe perde o valor de uso para o capital, quando não apresentam mais condições de produzir mais valia.

Embora a centralidade na problemática social do envelhecimento esteja relacionada às condições de envelhecimento da classe trabalhadora, compõem também essa problemática situações que afetam o bem-estar subjetivo dos idosos, como o grau de satisfação com a vida, relações familiares, contato social suficiente, estado de saúde, a segurança social que a renda pode suprir, dentre outros, e a ausência desses fatores pode provocar problemas de solidão, isolamento, rebaixamento do humor, abandono com impactos na saúde física e mental dos idosos, elementos relevantes à problemática do envelhecimento (TEIXEIRA, 2017).

De fato, a lógica desse sistema atinge negativamente os idosos, que por não ter mais “valor de uso e de troca” nas relações capitalistas, amargam uma vida desvalorizada, sem sentido, e são vistos como fatores de custo para a sociedade, ou custos mortos, por não serem rentáveis.

Beauvoir (1990), em seu clássico “A Velhice”, considera que a sociedade capitalista não é apenas culpada, mas criminosa no que se refere ao trato dado à velhice. Abrigada por trás do mito da expansão e da abundância, trata os velhos

como párias. Dessa forma, a nossa sociedade impõe aos idosos estereótipos, que nos levam a enxergá-los como improdutivos, ultrapassados, que vivem doentes, entre outros estigmas. Portanto, o idoso na sociedade de consumo é considerado descartável, julgado como um ser impotente e improdutivo.

A velhice, de acordo com Beauvoir (1990), é um processo tido como algo negativo, de difícil compreensão, por não ser considerado como assunto relevante perante a sociedade, visto que, em muitos contextos o assunto tem trazido várias incógnitas, ou mesmo tratado como insignificante diante da sociedade. O idoso que não possui condição para o trabalho e não possui nenhuma fonte de renda, não consegue fazer valer seus direitos perante a lei, pois é considerado improdutivo, ineficiente para a sociedade, ficando a mercê da própria sorte.

Beauvoir estremeceu a sociedade, especialmente dos países ocidentais, expondo, de forma contundente e crítica, a exclusão, o abandono e o desprezo experienciados, de maneira desumana, pelos velhos na chamada sociedade do espetáculo.

O fato é que se faz imprescindível compreender que a velhice deve ser contextualizada, sobretudo numa sociedade que exalta a juventude, que determina o valor do homem por sua capacidade produtiva e pelo seu poder de consumo e que o desconhece quando este perde tais capacidades. Não tendo mais utilidade para o capital, o trabalhador idoso é condenado à solidão, à miséria, às doenças, às deficiências, ao desespero, à condição de não humano, sem necessidades ou com menos necessidades do que os ditos produtivos. Esse é o processo que o idoso vivencia na sociabilidade capitalista.

Reiteramos que a velhice é um processo natural do curso da vida, com perdas biológicas ao longo do desenvolvimento humano e de suas funcionalidades, tanto sociais, culturais e de trabalho, implicando, assim, numa diminuição da sua capacidade funcional (RODRIGUES; SILVA, 2018). Infelizmente, o trabalhador quando perde sua capacidade de trabalho, em virtude da idade avançada, é ignorado pelo sistema, por não possuir qualquer força econômica, por se tornar dependente de familiares ou de órgãos governamentais, recebendo destes o mínimo para sua sobrevivência. Assim, os velhos são vistos como sendo a escória da sociedade capitalista, pois, o homem só tem valor neste sistema enquanto está inserido no mercado de trabalho e no mundo do consumo.

Ser velho na sociedade capitalista é algo tão incrível, que desacreditamos que seremos “contemplados” pela velhice, pois, para muitos, ela é vergonhosa. Beauvoir nos adverte: “Paremos de trapacear; o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha; reconheçamo-nos neles” (BEAUVOIR, 1990, p. 12).

Cabe aqui considerar que um grupo significativo de idosos continua sendo explorado pelo capital, gerando uma falsa valorização da velhice entre aqueles que possuem renda, mesmo mínima, como os idosos aposentados, os pensionistas ou os que recebem benefícios. Para Teixeira (2008), trata-se de uma pseudovalorização que acentua a alienação pelo consumo.

Nesse contexto, verifica-se a crescente venda de pacotes turísticos para terceira idade, as inúmeras clínicas de rejuvenescimento, as academias e clubes para o atendimento deste público, entre outros. Empreendimentos em franca expansão e que evidenciam como a valorização do envelhecimento vem articulada a um processo de juvenilização e, às vezes, infantilização da velhice, reforçado por lógicas de consumo. Essa pseudovalorização da velhice, conforme assevera

Teixeira (2008), esconde as desigualdades e diversidades das velhices, pois, nesta etapa da vida humana há de se considerar sua heterogenia. Temos uma diversidade de formas de envelhecer e velhices e, portanto, deve-se impedir qualquer uniformização do envelhecimento e dos idosos. O envelhecimento envolve uma pluralidade de manifestações, dentro de uma sociedade que se relaciona com as condições de trabalho e com as condições de vida das pessoas, isso envolve, inclusive, a transformação da velhice em mercadoria.

É fato que alguns segmentos voltados aos idosos, como saúde e lazer, se expandiram e ficaram mais valorizados. O complexo-hospitalar ampliou suas margens de lucro lançando produtos voltados para a população idosa, os serviços médicos particulares e os planos de saúde são segmentos que mais se beneficiam deste público e, assim, fortalecem o processo de mercantilização dos serviços de saúde. Para Santos e Nascimento,

a adaptação do capital para aproveitar este espaço de mercado se dá mediante o crescimento dos planos de saúde e de serviços particulares. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (2018), mais de 47 milhões de pessoas têm contratos de planos privados de assistência médica. De acordo com Oliveira, Veras e Cordeiro (2017), 12,6% destes são idosos com 60 anos ou mais. Dados mais recentes, de maio de 2018, apontam que 22,7% da população brasileira tem a cobertura destes planos. Eram então 1.048 planos (de assistência médico-hospitalar e odontológica), e juntos estes somaram uma receita de mais de 45 bilhões de reais apenas no 1º trimestre deste ano (SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 170).

O mercado encontra diversas possibilidades para explorar a população idosa conforme seu poder aquisitivo. Para aqueles em melhor condição financeira são oferecidos produtos e serviços na área da indústria da eterna juventude, do envelhecimento ativo, do turismo de idosos, da indústria farmacêutica, dos planos de previdência privados. Já aqueles idosos dos segmentos mais populares são seduzidos pelos serviços do mercado financeiro através, principalmente, dos empréstimos consignados.

Enfim, mesmo “velho”, o indivíduo continua tendo utilidade ao capital, desde que represente novas possibilidades de lucratividade ao mercado. Surge um novo consumidor, com um perfil próprio, mas essencial para o mercado. Porém, há de se considerar que nem toda pessoa idosa terá acesso aos serviços de custos mais elevados.

Tais elementos evidencia que no sistema capitalista tudo vira mercadoria. A saúde, a cultura, o esporte, o lazer, tudo é reificado como mercadoria, não mais sendo promovidos para a satisfação das necessidades humanas, na perspectiva de uma melhor qualidade de vida e do aprimoramento da cidadania. Nesse sentido, ao buscar tais serviços muito bem apresentados pelo mercado, o idoso vira um consumidor, visto que a sua aposentadoria é a garantia do pagamento.

De acordo com Santos e Nascimento (2020), com o fortalecimento das medidas neoliberais de diminuição dos gastos públicos na área social, as políticas sociais ficam cada vez mais precarizadas, voltando-se para a população mais pobre, em situação de extrema vulnerabilidade, entre eles muitos idosos, abrindo espaço a prestação dos serviços pelo setor privado. Com os cortes de gastos na saúde pública, aumenta a precarização não apenas no setor público de saúde, mas também nas diversas políticas sociais que, até então, contribuíram para o aumento da longevidade populacional brasileira. Cabe destacar ainda a condição posta ao idoso de provedor financeiro e de cuidados em muitos domicílios brasileiros,

reproduzindo as desigualdades que sempre perpassaram sua vida de trabalhador, porém, agora, com alguns agravantes como: filhos e netos que sobrevivem da sua renda, a volatilidade de seus gastos, em função das doenças, alimentos, remédios. Esse quadro, inclusive, tem levado ao retorno de muitos idosos ao mundo do trabalho. Segundo Teixeira,

a inserção no mundo do trabalho, mesmo depois de aposentado, é uma característica típica da realidade brasileira; segundo a PNAD de 1999 quase 50% dos idosos permanecem no sistema produtivo; e um terço entre as idosas ainda trabalhavam em piores situações de trabalho, sem carteira profissional, quando inseridas no mercado formal. Geralmente, porém, esses idosos situavam-se no setor informal ou de subsistência, em trabalhos por conta própria, autônomos, em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres. Essas fontes de renda, ainda que mínima, permitiam aos idosos manterem e chefiarem suas famílias. Em 2011 (IBGE, 2012), esse índice dos que ainda trabalham depois dos 60 anos era de 29,3%, sendo que os homens são 42,4% e as mulheres 18,9%. (TEIXEIRA, 2017, p. 44).

Nesse contexto, o trabalho continua, mesmo depois da aposentadoria, para uma expressiva parcela de idosos em nossa sociedade, evidenciando o duplo e contraditório movimento de apropriação e expropriação da velhice pelo capital. A velhice é fonte de possibilidades mercadológicas e, nesse sentido, é fonte de realização da mais-valia.

Enfim, as reflexões aqui sinalizadas apontam para os inúmeros desafios postos ao envelhecer na sociabilidade capitalista, sobretudo para os idosos com baixo poder aquisitivo que não conseguem suprir suas necessidades básicas, em um país que não está preparado para a nova realidade que está posta, com políticas públicas que não conseguem atender essa população com qualidade e atenção. No item a seguir apresentamos alguns desses desafios.

4 DESAFIOS POSTOS PELO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

As sociedades ocidentais tendem a conceber o envelhecimento como algo negativo, pois normalmente este é associado a características como inutilidade, improdutividade, incapacidade, desatualização e fraqueza, o que faz com que os idosos se sintam menosprezados nos processos de trocas sociais. Isto intensifica-se em cenários caracterizados pela lógica capitalista e globalizada. A superação da velhice como tempo de perdas constitui-se pois em um dos maiores desafios postos pelo fenômeno do envelhecimento populacional.

Para Kalache (2021), a revolução da longevidade gerou muitas previsões de terríveis consequências econômicas e sociais, com base no pressuposto de que os idosos constituem um fardo crescente para o resto da sociedade. Porém, substanciais e velozes transições demográficas não sinalizam uma catástrofe macroeconômica. Diante disto, fica evidente que é necessário e urgente superar a representação da velhice como algo negativo, pois como assinala o referido autor, o dom de uma vida mais longa é, sem dúvida, a melhor e maior conquista da civilização e está gerando um potencial quase ilimitado para o desenvolvimento humano em geral.

A longevidade é uma conquista da civilização contemporânea, a maior conquista nos últimos cem anos e assim tem que ser vista e assumida. Envelhecer para os nossos antepassados era privilégio de poucos, hoje uma oportunidade para

a maioria. A expectativa de vida de um brasileiro nascido há cem anos era de 35 anos. Esse ano, 2021, acredita-se que chegará a 77 anos. Segundo Kalache (2021), são 42 anos a mais de vida, não de velhice. O Brasil estará, em 2050, entre os 64 países com mais de 30% da população com 60 anos ou mais, um feito que deve ser celebrado e não lamentado, como tantos o fazem, pois a outra alternativa que temos é morrer cedo, e isto, não preferimos ou será que preferimos?

Há de se considerar que o envelhecimento da população brasileira se tornou para muitos um peso econômico, inclusive para gestores e lideranças políticas do país, que só conseguem ver custos em torno do envelhecimento populacional, ao contrário de outras sociedades, nas quais envelhecer é um privilégio e os idosos representam a sabedoria e o conhecimento acumulado da sociedade. As sociedades antigas, da Clássica à Idade Média, associavam a velhice à sabedoria, à possibilidade de acúmulo de experiência e aprendizado de vida. Nesse sentido, os velhos eram àqueles capazes e responsáveis de adquirir a sabedoria para transmitir através do conhecimento de si, da natureza e da vida pública, para proporcionar algum bem-estar, individual ou coletivo. Ser mais velho era ser mais sábio, afirma Paula (2016).

Faleiros (2014) salienta que a sabedoria dos ofícios era acumulada e transmitida, o que muda na sociedade contemporânea que acumula conhecimentos informatizados, mas com invisibilidades/visibilidades diferentes, conforme as gerações e formações que podem questioná-los, pois há vários modos de ser no mundo.

Em várias outras culturas os velhos representam a sabedoria da sociedade, o conhecimento acumulado. Nas sociedades orientais, por exemplo, a velhice é sinônimo de sabedoria e respeito. Os idosos são tratados com respeito e atenção pela vasta experiência acumulada em seus anos de vida. Nesse sentido, a família é o porto seguro do idoso. Nessas sociedades, os familiares mais jovens declaram com orgulho os sacrifícios realizados pelos seus idosos em benefício da família, como a iniciação ao trabalho muito cedo com pouca instrução para o sustento e estudo dos filhos, demonstrando sempre alegria, festa e plenitude pela presença do idoso (MARC, 2013). A cultura dessas sociedades, resultado de uma educação milenar de dignidade e respeito ao idoso, tem como tradição cuidar bem, glorificar e reverenciá-los. Assim, os seus conselhos são considerados sábios e experientes sendo consultados pelos mais jovens antes de qualquer grande decisão.

De acordo com os registros de Marc (2013), ocorre no Japão o Dia do Respeito ao Idoso - Keiro no Hi - comemorado desde 1947, e esse dia é decretado feriado nacional desde 1966. Trata-se de um feriado dedicado aos idosos, quando os japoneses oram pela longevidade dos mais velhos e os agradecem pelas contribuições feitas à sociedade ao longo de suas vidas. Há ainda que se considerar, que os idosos têm orgulho de responderem suas idades (70 ou 80 anos) nessas sociedades, o que difere da sociedade brasileira que respondem constrangidos, como se ter muitos anos de vida fosse um motivo de vergonha ou algo a esconder.

Nessa perspectiva de evidenciar o desafio de se superar a velhice como um tempo de perdas, ressaltando as contribuições trazidas pelos idosos, destacamos um provérbio indiano que diz: “Quando morre um idoso perde-se uma biblioteca”. De fato, perde-se toda uma sabedoria acumulada necessária ao cumprimento dos seus sucessores, perde-se o experiente, o prudente, o paciente, o tolerante, o ouvinte e, acima de tudo, o sábio. Aqui destacamos um belíssimo trecho de Epicuro que Paula relata,

não é ao jovem que se deve considerar feliz e invejável, mas ao ancião que viveu uma bela vida. O jovem, na flor da juventude, é instável e é arrastado em todas as direções pela fortuna; pelo contrário, o velho ancorou na velhice como em um porto seguro e os bens que antes esperou cheio de ansiedade e de dúvida os possui agora cingidos com firme e agradecida lembrança (PAULA, 2016, p. 267).

Lamentavelmente, na sociedade brasileira a tendência é associar o envelhecimento à saída do mercado de trabalho pela via da aposentadoria, favorecendo o dano social motivado por razões econômicas, principal origem do preconceito e da discriminação contra os idosos (KOCH-FILHO *et al.*, 2012). De fato, essa imagem que se tem do idoso, provavelmente, nasceu na sociedade capitalista, onde temos a configuração da cronologização, que faz a conexão com a idade e o que se deve fazer em cada etapa da vida. Diante disso, temos a velhice como uma construção social que, quando não associada à pobreza ou à invalidez, é vista como uma fase dramática e indesejada, tanto pela sociedade, como pelos poderes públicos.

De fato, a velhice tem uma concepção historicamente estabelecida na dinâmica das atitudes, crenças, valores e mitos da sociedade, cujo indicador social é manter-se em oposição à juventude, o que explica a oscilação entre idealização e descrédito ao idoso (SOUSA *et al.*, 2014). Dessa forma, se desconsidera os atributos e potencialidades individuais dos idosos, nada restando de papel instituído socialmente para eles.

Nesse sentido, as atitudes sociais construídas culturalmente em relação aos idosos resultam na formação de preconceitos e estereótipos que tendem a preterir os idosos a condições de improdutivo, inutilidade, incapacidade, dependência e senilidade. Tal fato nos coloca diante de outro desafio em relação ao envelhecimento populacional: a superação desses estereótipos de preconceitos.

Em relação a essa questão, Sousa *et al.* afirmam que,

tais estereótipos etários da sociedade são internalizados desde a infância e transportados para as relações entre as pessoas. Traduzem eles um certo elitismo, ou seja, o de uma pessoa mais jovem perceber-se mais útil ou mais bonita do que o idoso, o que se qualifica como “preconceito geracional” (SOUSA *et al.*, 2014, p. 860).

Os preconceitos são originados pelo desconhecimento ou pela desconsideração dos critérios que definem as classes, bem como o grau de generalidade e singularidade dos elementos que as compõem (KOCH-FILHO *et al.*, 2012). Neste sentido, a velhice pode ser atingida por preconceitos, estereótipos e discriminações.

O gerontólogo Robert Butler criou no ano 1969 o conceito “ageísmo” para relatar os preconceitos formados pelas falsas crenças a respeito dos idosos, o objetivo principal se traduz na discriminação social baseada no critério etário. Portanto, o idadismo, etarismo e ageísmo são denominações do preconceito que aludem a uma forma de discriminação segundo a idade ou faixa etária. Segundo Morosini (2020, p. 2), para o médico geriatra Claudio Pinheiro “o etarismo acontece quando alguém assume a idade como um fato negativo para o não oferecimento de tratamentos ou terapias ou como um fator de exclusão do idoso da oferta de acesso à saúde”.

Cabe aqui reiterar que o envelhecimento é um processo natural e inevitável, inerente aos seres vivos, uma etapa do ciclo de vida marcada por ser complexa e

influenciada por padrões socioculturais vigentes. Nas sociedades contemporâneas, sobretudo sob a lógica do modo de produção capitalista de ser e de se viver, a tendência é venerar a juventude, acentuando o envelhecimento a uma condição de ridículo, de vergonha e de desgosto. A velhice costuma ser associada a perda do vigor da juventude e, exatamente por isto, se projeta no imaginário como um estágio de vulnerabilidade, risco e decadência. Nada mais estigmatizante e preconceituoso.

É imprescindível compreender que o preconceito etário contribui para o impedimento de oportunidades sociais, bem como para a desvalorização da figura do idoso e para a negação de recursos terapêuticos e cuidados em saúde (KOCH-FILHO *et al.*, 2012).

O preconceito etário ocorre nas famílias, nos órgãos governamentais, no sistema de saúde, nos mercados de trabalho assalariado e em toda a mídia (GALDANI, 2010). A discriminação por idade é legitimada quando as crenças e atitudes são usadas para negar recursos e oportunidades que outros grupos desfrutam. Assim, o idadismo através dos estereótipos impacta em três áreas importantes: preconceito social, discriminação nos locais de trabalho e o preconceito no sistema de saúde. Goldani pontua que,

em indústrias extremamente voltadas para os jovens, como o entretenimento e a tecnologia computacional, os funcionários que já passaram dos 30 anos são vistos como “acabados”. Nos locais de trabalho, funcionários mais velhos, às vezes, não são contratados ou promovidos porque os patrões costumam acreditar que serão menos flexíveis e competentes do que aqueles mais novos. Num sistema que valoriza o lucro acima de tudo, os empresários costumam optar por substituir funcionários mais velhos, mais experimentados e mais bem pagos por uma mão de obra mais barata e mais jovem. Finalmente, na área da saúde, os profissionais, por vezes, ignoram ou desconsideram as queixas crônicas dos idosos, preferindo enfocar questões de saúde mais agudas em pacientes mais novos. Um dos resultados mais nítidos da tendenciosidade na saúde brasileira foi o aumento de casos de pacientes HIV positivo entre os mais velhos, pois os programas de combate à AIDS são essencialmente destinados a pessoas jovens ou de meia-idade e ignoram os idosos, partindo do princípio de que não são sexualmente ativos (GOLDANI, 2010, p. 414).

Há ainda de se considerar que o idadismo é a forma de discriminação mais difundida, comum e universal, não sendo punida por lei. Para Côte (2020), muitas pessoas não têm consciência dos estereótipos que eles próprios têm sobre os idosos, e os próprios idosos de si mesmo. O fato é que a discriminação existente hoje na sociedade contemporânea, exacerbada na pandemia do Covid-19, é uma tragédia e contrária à dignidade humana, porque exclui a maioria dos idosos da vida ativa da sociedade.

Com a pandemia do Covid-19 foi quebrado um pacto de silêncio, escancarando todos os preconceitos contra os idosos. Morosini (2020, p. 5) afirma que para a professora Ruth Gelehrter “As verbações e os discursos políticos e médicos começaram a apontar esse olhar preconceituoso”. De fato, as mortes dos idosos brasileiros foram encaradas como inevitável e até aceitável, como algo positivo para o desempenho econômico brasileiro, visto que, reduziria o rombo nas contas da Previdência Social com as mortes dos idosos aposentados. Vale salientar que a pandemia do Covid-19, uma crise sanitária de proporção mundial, foi considerada por representantes do governo brasileiro como uma gripe sem importância.

Desta feita, consideramos como um desafio urgente o enfrentamento do preconceito existente em torno da velhice. Mais do que um conceito, o preconceito etário merece um importante destaque, uma vez que o crescente envelhecimento demográfico e o formato das atuais políticas públicas colocam esta forma de discriminação como tema obrigatório na agenda de todos aqueles interessados em promover a cidadania e uma sociedade para todas as idades (GOLDANI, 2010).

É fato que excluir os idosos por estereótipos e preconceitos reduz o acesso deles aos recursos sociais e pode produzir um senso de inferioridade e de incompetência que como consequência pode levar ao isolamento. Assim, a inclusão dos idosos nas sociedades, favorece o sentimento de pertencimento, cria laços de solidariedade que contribuem para uma melhor qualidade de vida.

Enfrentar os desafios de se envelhecer em um cenário marcado por um quadro de desigualdades sociais e preconceito estrutural para com a velhice, só será possível com a construção na sociedade de uma visão de velhice como algo natural e que diz respeito a todos e a cada um. A partir de reflexões de Morosini (2020, p. 10), a médica Karla Giacomim afirma “[...] se tudo correr bem, vamos envelhecer. E mais rápido do que a gente pensa, porque não percebemos o tempo passar para a gente, só percebemos passar no outro”. O velho não é o outro, o velho sou eu, é cada um de nós. Estamos todos em processo de envelhecimento.

De acordo com Goldani (2010), a discriminação por idade e os estereótipos são problemas que a sociedade deve enfrentar e eliminar através da conscientização, da educação e de intervenções políticas apropriadas. E isto só será possível se compreendermos o envelhecimento como um processo social e culturalmente determinado, assim poderemos entender que não há nada de errado em relação ao envelhecimento e sim na nossa atitude em relação ao envelhecimento. Para isso é preciso promover “uma ressignificação da velhice”, como afirma Kalache em entrevista a Miranda (2021).

Essa ressignificação implica uma construção cultural na qual e para qual é imprescindível a convivência intergeracional, onde as gerações possam estabelecer relação de trocas de conhecimento e aprendizagem, como acontece nas famílias, um exemplo de espaço intergeracional. Nesse sentido, é preciso políticas, programas e serviços que caminhem nessa direção.

Cabe aqui considerar que a convivência entre gerações é um traço das culturas orientais, que tem nos idosos fonte de exemplo, sabedoria e respeito. Portanto, precisamos caminhar nessa direção, educar principalmente as crianças e os jovens para que elas percebam o papel e a importância dos idosos na sociedade, é um importante passo, pois as crianças não só passam a entender, mas a valorizar.

Corroborando com Sousa *et al.* (2014), entendemos ser necessário que se promova uma efetiva educação multidisciplinar sobre questões relacionais entre pessoas, como o idadismo, nas variadas instâncias da sociedade: nas famílias, nas escolas, na mídia, nos espaços de saúde, nas academias, junto aos movimentos sociais, com a partilha de experiências correlativas jovens-idosos, pró-manutenção das boas relações intergeracionais.

Cabe destacar que a educação para o envelhecimento encontra um importante recurso teórico no pensamento freireano, ou seja, a educação tomada como um ato político, como um ato de conhecimento e como ato criador. Uma educação para a autonomia. Uma educação voltada para a transformação da visão negativa do velho(a), da velhice e do envelhecimento. Uma educação que contemple todos os aspectos e fenômenos do envelhecimento. Uma educação que propicie a humanização dos profissionais que trabalham ou vão trabalhar com e a favor do(a)

velho(a). Uma educação que propicie a construção da solidariedade intergeracional. Uma educação que contribua para o empoderamento e protagonismo dos velhos atuais e dos futuros velhos. Uma educação que propicie ferramentas necessárias ao(a) velho(a) para a sua participação e intervenção nas tomadas de decisões referentes à sua vida, dentro da sociedade, deixando de atuar como um sujeito passivo da ação de outros sobre si e suas necessidades (VIEIRA, 2021).

Outro desafio relacionado ao envelhecimento populacional refere-se à efetivação das políticas públicas e legislação dirigidas à pessoa idosa. Para Ferreira e Teixeira (2014), o processo de envelhecimento necessita de maior atenção do poder público para que a velhice possa ser vivenciada de forma digna, saudável e com pleno gozo de direitos e garantias civis, políticas e sociais. Nessa perspectiva, é necessário fazer valer os direitos dos idosos que estão positivados na legislação, direitos esses, conquistados historicamente e que emergiram, gradualmente, das lutas sociais para a emancipação e transformação das condições de vida.

No entanto, a efetivação dos direitos da pessoa idosa deve estar para além do normativo, pois só a escrita desses direitos na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso, no Estatuto do Idoso e na Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa não garante uma velhice aliada à melhoria das condições de vida.

A Constituição Federal de 1988 constituiu o marco para as políticas públicas no país. O conceito de Seguridade Social e sua universalidade representa uma atenção à população idosa, vinculando a rede de proteção social ao direito de cidadania, e não somente ao contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista. No título VIII, que trata da Ordem Social, os artigos 194 a 204, fundamentam a base da regulamentação sobre a Seguridade Social. O artigo 194, em seu caput determina que a Seguridade Social é composta de três pilares: a saúde, a assistência social e a previdência social e passam a ser de responsabilidade do Estado para a garantia de condições básicas para a população (CINAT, 2011).

A Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa são importantes instrumentos legais que ampliam a proteção social, garantindo os direitos para a população idosa. Representam um grande avanço para a sociedade e não apenas para a população idosa, considerando-se que, na medida em que aumentamos a nossa expectativa de vida, tendemos a vivenciar por mais tempo um período relativamente longo de existência: a velhice (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014). Dessa forma, é importante considerar que o processo de envelhecimento desse ser vivenciado em condições dignas de vida, de saúde e de sobrevivência, que podem ser viabilizadas em grande parte quando os direitos contidos nas legislações supracitadas são garantidos de fato, e não apenas escritos, afirma as autoras.

É preciso dar materialidade à legislação na garantia dos direitos dos idosos, visto que temos leis ricas e avançadas, mas a prática é pouco satisfatória. Desta feita, Ferreira e Teixeira (2014) afirmam que é necessário a fiscalização e apresentar programas de esclarecimento à população, principalmente ao público-alvo, a pessoa idosa, no sentido de continuar buscando junto ao poder público a efetivação dos seus direitos normatizados e a sua integração como sujeitos de direitos.

Há ainda de situar o contexto neoliberal tão desfavorável a garantia de direitos, que prega a redução dos gastos sociais. Faleiros (2014) menciona que, no contexto neoliberal, de redução do Estado, é preciso enfrentar a competitividade, a financeirização das políticas sociais e o novo risco de violência, solidão, depressão, isolamento e falta de suporte social. Idosos têm direitos enunciados e definidos,

mas a violação desses direitos é um dos principais desafios à inserção social da pessoa idosa, com destaque para a discriminação e o preconceito.

O processo de transição demográfica em curso no Brasil, marcado pelo crescimento acelerado da população idosa e pelo declínio da taxa de natalidade, exige novas posturas tanto do poder público quanto da sociedade civil, para que haja ações sociais consistentes que englobem as múltiplas questões impostas pelo envelhecimento populacional.

Reiteramos que a luta contra o preconceito e a discriminação é fundamental num processo de educação para o envelhecimento e a velhice. É urgente romper o silêncio sobre a velhice e abrir espaços na escola, na família, na mídia, nas pesquisas e na sociedade para se falar abertamente dessa questão, pois, só assim, construiremos a solidariedade intergeracional e lograremos um envelhecimento digno para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se assegurar que o Brasil não é mais um país de jovens. O aumento da população idosa nos faz perceber que o envelhecimento populacional é um fato. Dados apontam que seremos, em breve, o sexto país do mundo com maior número de idosos. O alargamento da longevidade da população idosa indica novas perspectivas de vida, como também novos desafios correlacionados ao enfrentamento das expressões da questão social que afetam a velhice de muitas pessoas, classes, segmentos de classes e grupos.

O fenômeno deve ser visto como um triunfo da humanidade, embora não se possam perder de vista os novos desafios e necessidades, que devem ser conhecidos e respondidos pelo Estado e pela sociedade, de modo geral. Nesse contexto, torna-se claro que a transição demográfica em curso se apresenta como um desafio às políticas públicas. Para ser considerado como uma conquista, não basta um aumento no tempo de vida, mas o ganho de anos com acesso à saúde, cultura, habitação, entre outras demandas sociais. Com o envelhecimento populacional e a carência de suporte necessário o Estado deve promover políticas específicas que assegurem uma atenção integral, reconhecendo as características e heterogeneidade do envelhecimento e ofertando a qualidade de vida da pessoa idosa.

Reiteramos ao final da reflexão aqui construída sobre o envelhecimento que o mesmo deve ser visto numa perspectiva de totalidade e em movimento, pois compreende um objeto marcado por determinações e por contradições, as quais são estruturadas por um sistema de mediações. Isto significa compreender o envelhecimento como um processo biopsicossocial, com caráter heterogêneo, multifacetado e complexo, que percorre toda a vida do indivíduo.

Há ainda de se considerar e aqui registrar a relação histórica do serviço social com a questão do envelhecimento. A velhice e os velhos sempre foram objeto de intervenção do Serviço Social, desde o período de legitimação da profissão junto às instituições assistenciais do Estado, do empresariado e da Igreja Católica. Seja no âmbito da intervenção ou da produção do conhecimento, a profissão tem construído um importante aporte no que se refere à questão do envelhecimento.

Assim, o Serviço Social enquanto profissão com dimensão educativa e interventiva, juntamente com seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, sob a luz da teoria social marxista, tem atuado na tentativa de mobilizar um processo de construção coletiva para a busca de efetivação,

concretização e ampliação dos direitos sociais dos idosos, numa visão transformadora e crítica da realidade social.

O compromisso ético-político do profissional do serviço social está pautado na defesa e proteção dos direitos das pessoas idosas brasileiras, defendendo a responsabilidade do Estado na efetivação dos direitos da população idosa, na garantia de políticas públicas para o envelhecimento digno e ativo, e a mobilização da sociedade civil para exigir a efetivação de tais políticas, lutando contra as discriminações e preconceitos, e contribuindo para a construção de uma sociedade sem opressão de classe, etnia e gênero (SOARES; POLTRONIERI; COSTA, 2014).

Na atualidade, são diversos os espaços socioocupacionais nos quais o Assistente Social lida com a pessoa idosa, a exemplo dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Convivência, Serviços de Saúde, dentre outros.

Reitero que a ofensiva neoliberal adotada pelos últimos e atual governo, com a intervenção mínima do Estado, o poder do mercado, o trabalho informal, a terceirização, a privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais, a diminuição dos gastos com saúde, assistência social, previdência, educação, afeta diretamente a população idosa na diminuição dos direitos sociais e aumento da pobreza a médio e longo prazo. A reforma da previdência a pouco aprovada está a serviço do capital, não sendo realizada no sentido de utilizar todos os seus recursos para a melhoria das condições de saúde, assistência social e previdência, mas para cortes de direitos, redução no valor das aposentadorias e aumento da idade dos aposentados, o que impedirá de atender as necessidades sociais e empobrecendo a população idosa.

Dentre os tantos feitos pelo governo atual em relação à população idosa, há de se registrar que a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que deveria ter sido realizada em 2019, foi cancelada, o que teve um impacto negativo para a população idosa, pois as conferências são meios de participação dos idosos em espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, decidindo entre o governo e a sociedade civil as prioridades nas políticas públicas para a população idosa. Portanto, houve a negação da participação efetiva da pessoa idosa para o planejamento dos programas sociais na defesa dos seus direitos.

Ainda no âmbito da participação social, registramos que o atual governo federal, por meio do decreto 9.893/2019 destituiu o colegiado eleito para o biênio 2016-2020 do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, trazendo ainda a redução do respectivo Conselho em toda a sua integridade. Na prática tal decreto acaba com a participação social nas políticas para idosos, transformando o conselho em um mero executor das decisões do governo.

Conforme visto, os desafios não são poucos e eles evidenciam que é preciso refletir e agir no presente coletivamente, visando semear o futuro.

Finalmente, concluo com Kalache (2019), que pontua que cabe a todas as sociedades reinventar a cultura da aprendizagem e explorar escrupulosamente as veias ricas de toda a capacidade humana. Como indivíduos, precisamos aprender a abraçar nossa plena cidadania em cada um dos estágios transformadores do *continuum* do envelhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. N. dos S. O descarte do trabalhador idoso no capitalismo contemporâneo e sua reutilização: elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 196-208, 2019.

ALVES, J. E. D. A transição de fecundidade no Brasil. In: **EcoDebate**, 28/06/2019. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2019/06/28/a-transicao-da-fecundidade-no-brasil-e-no-mundo-segundo-as-novas-projecoes-da-onu-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em 19 de abril de 2021.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CINAT, C. O Envelhecimento populacional e o processo de construção de garantias sociais no Brasil: Algumas Considerações. **Serviço Social e Realidade**, França, v. 20, n. 1. 2011.

CÔRTE, B. **A vida dos idosos importam é tema de campanha contra o ageísmo**. Disponível em: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br>>. 2020. Acesso em 21 de maio de 2021.

COSTA, F. M. *et al.*. Reflexões acerca da proteção social para os velhos do Brasil. In: COSTA, J. S. (org). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CUSTÓDIO, L. F. O. O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo. UFES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, 2018.

FALEIROS, V, de P. Envelhecimento no Brasil do século XXI: transições e desafios. **Argumentum**. Vitória (ES), v. 6, n. 1, p 6-21, jan./jun., 2014.

FERREIRA, A. P; TEIXEIRA, S. M. Direito da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 160-173, jan./jun., 2014.

GOLDANI, A. M. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. **Educação Social**. Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr./jun., 2010.

IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros**. Editorial: Estatísticas Sociais, 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA. Secretaria de Planejamento de Investimentos e Estratégias. Grupo Técnico para acompanhamentos dos ODM (Coord.). **Objetivos de Desenvolvimento do**

Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento Brasileiro: Ipea/MP/SPI, 2014.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública**, R. J., 3 (3): 217-220, jul./set., 1987.

KALACHE, A. **Revolução da longevidade é a maior conquista nos últimos cem anos.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

KALACHE, A. Uma revolução da educação em resposta à revolução da longevidade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. 2019.

KOCH-FILHO, H. R. *et al.*. Uma reflexão sobre o preconceito etário na saúde. **Revista Gestão e Saúde**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 40-48, 2012.

LOBATO, A. T. G. **Envelhecimento e políticas sociais:** possibilidades de trabalho do assistente social na área de saúde do idoso. Campinas: Papel Social, 2014.

MARC, S. O olhar ao idoso no Japão e na China. In: **Laboratório de demografia e estudos populacionais**, 28/06/2013. Disponível em: <<https://www.ufjf.br>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

MIRANDA, A. **Idadismo:** preconceito contra os mais velhos é “peste a escala mundial”. Disponível em: <<https://www.publico.pt>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. In: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, mai./jun., 2016.

MOROSINI, L. **Vidas Idosas Importam.** 2020. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

NASRI, Fabio. **O envelhecimento populacional no Brasil.** São Paulo, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULA, M. F. de. **Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual.** São Paulo, n. 126, p. 262-280, maio/ago., 2016.

RODRIGUES, I. C.; SILVA, W. H. F. **O Envelhecimento na sociabilidade capitalista.** Montes Claros, 2018.

SANTOS, M. da S.; NASCIMENTO, M. B. da. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis**. Brasília, ano 20, n. 39, p. 163-176, jan./jun., 2020.

SOARES, N.; POLTRONIERI, C. de F. ; COSTA, J. S. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **Argumentum**. Vitória (ES), v.

6, n. 1, p. 133-152, jan./jun., 2014.

SOUSA, A. C. S. N. de. *et al.* Alguns apontamentos sobre o idadismo: a posição de pessoas idosas diante desse agravo à sua subjetividade. **Estudos interdisciplinares e envelhecimento**. Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 853-877, 2014.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, S. M. (org). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA, T. R. L. Educação para o envelhecimento: direito de todos. **Congresso Nacional de envelhecimento Humano**. Disponível em: <<https://www.cneh.com.br>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela força e coragem durante toda esta longa caminhada para o alcance de meus objetivos na realização de meus sonhos.

Aos meus pais, irmãos que com muito carinho sempre acreditaram e apoiaram para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À querida professora e orientadora deste trabalho, Lucia Maria Patriota que me auxiliou na germinação das ideias e durante todo o processo de desenvolvimento deste presente projeto. Grata por tudo.

Aos professores do Curso de Serviço Social, que me forneceram todas as bases necessárias para a realização deste trabalho, agradeço com profunda admiração pelo vosso profissionalismo.

Às professoras Thereza Karla e Patrícia Crispim por terem aceitado o convite para participar da banca para a defesa deste artigo com suas valiosas contribuições.

Aos colegas do Curso de Serviço Social e em especial minha amiga e companheira de estágio Cristiane Aguiar que nunca se negou a compartilhar seus conhecimentos comigo. Isso fez toda a diferença.

E por último, a mim, em um pequeno reconhecimento próprio da minha persistência em continuar, mesmo durante momentos difíceis que precisei me apoiar, esforçar e superar.

Gratidão!